

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº     , DE 2015**

**(Da Sra. Julia Marinho)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a necessidade de emancipação de projetos de assentamentos do Incra na Região Amazônica; os termos da Instrução Normativa 71/2012; a estruturação de um programa de mecanização da agricultura familiar da Região Amazônica e a Regularização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Terra Nova na BR-163 Município de Novo Progresso no Estado do Pará.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com data a ser marcada por este órgão técnico, para discutir a necessidade de emancipação de projetos de assentamento do Incra na Região Amazônica; os termos da Instrução Normativa 71/2012; a estruturação de um programa de mecanização da agricultura familiar da Região Amazônica e a Regularização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Terra Nova na BR-163 Município de Novo Progresso no Estado do Pará.

**JUSTIFICAÇÃO**

No Estado do Pará, assim como na maioria dos Estados da Região Amazônica, existe uma infinidade de Projetos de Assentamentos do Incra com idade entre 15 e 30 anos de existência, ou até mais, que inclusive, já perderam suas características de Assentamento da Reforma Agrária.

Acontece que, infelizmente, até hoje não foram emancipados, o que vem causando grandes transtornos para os assentados, que sofrem com a falta de autonomia para tocarem seus projetos e até mesmo suas vidas, já que sem ter a documentação da terra ficam dependentes do Incra para executar suas atividades produtivas, mesmo as mais básicas. O maior agravante é que o Incra não tem condições mínimas para atender nem os novos assentamentos, quando se trata dos antigos assentamentos então, a situação é calamitante.

Ademais, a Instrução Normativa do Incra nº 71, de 17 de maio de 2012, que “Normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo Incra nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária”, coloca uma série de obstáculos desnecessários à substituição de parceleiros no projeto de assentamento. Embora reconheçamos que a referida norma representa um avanço no sentido da regularização, ao priorizar a família e a destinação que ela dará à terra e não mais o modo como essa família ocupou a parcela, entendemos ser necessário desburocratizar o processo, dando maior celeridade e ganho de escala às regularizações e emancipações dos assentamentos consolidados.

Outra questão que muito aflige os assentados da Região Amazônica, e que precisa ser discutida por esta Casa, é a falta de um programa de mecanização direcionado para esse público específico, que leve em conta as peculiaridades regionais, como, por exemplo, a dificuldade de transporte e deslocamento, e as limitações ambientais impostas aos produtores rurais da região. As famílias assentadas vivem um eterno drama no que diz respeito à produção agrícola e às questões ambientais, em muito potencializado pela falta de condições mínimas de trabalhar e preparar o solo para o plantio. A falta de equipamentos agrícolas é uma questão muito relevante para os assentamentos, todavia, não temos visto nenhum tipo de ação nem por parte do Incra, nem por parte de órgãos federais e estaduais de fomento à produção agropecuária.

Finalmente, existem casos pontuais e isolados que têm deixado os assentados em situação de extrema vulnerabilidade, como é o caso das famílias do PDS Terra Nossa, na BR-163, Município de Novo Progresso. A região é palco de conflitos de diversas naturezas e os assentados estão desguarnecidos, já que a ação do Incra na região é quase inexistente. Os assentados sofrem pressão de diferentes atores sociais que atuam na região,

existe conflito com posseiros, garimpeiros, madeireiros e com o próprio ICMBio, tornando suas vidas bastante turbulentas.

Nós, como representantes do povo, não podemos fechar os olhos para tamanha injustiça social, é nosso dever trazer a questão para o debate e buscar soluções para as mazelas que acometem esse povo sofrido, que ao ganhar seu pedaço de chão têm as esperanças renovadas e, no entanto, não conseguem sequer se manter produtivos no meio rural.

Para isso, propomos esta reunião de Audiência Pública, com todos os atores governamentais que podem e devem ajudar o na emancipação de projetos de assentamentos do Incra na Região Amazônica.

Assim convidamos:

- Patrus Ananias de Sousa, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
- Gesuino José da Silva Filho, Ouvidoria Agrária Nacional;
- Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Incra;

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputada Júlia Marinho